SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

28/05/2015 - Telesíntese

Oi propõe corte na assinatura básica de até 20% em 10 anos

A Oi entregou, selou e sacramentou a sua proposta para o TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), que irá substituir multas aplicadas por investimentos ou corte na tarifa. A Oi decidiu reverter todos os processos que tem na Anatel em um único benefício para o usuário: redução da assinatura básica do plano básico. Segundo fontes da Anatel, o processo ainda não está fechado, mas a expectativa é de que ele seja concluído até novembro deste ano.

A Oi analisou todas as alternativas e fez o seu dever de casa, apesar das preocupações iniciais da Anatel. Segundo fontes envolvidas no tema, a concessionária fechou e entregou à agência a sua proposta para firmar o TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), que envolve exclusivamente a queda na assinatura básica do plano básico da concessionária. O TAC permite que as operadoras troquem multas por novos investimentos em redes ou revertam a punição em redução direta na tarifa da telefonia fixa.

Pois a Oi fez as contas e decidiu que o melhor seria aplicar tudo do que teria de pagar em multa e que foi incluído no TAC na fórmula do desconto da assinatura básica. Isto porque, a concessionária, gato escaldado, considerou muito complicado arcar com os exíguos prazos exigidos pela Anatel e com os prazos reais do país. "Você acha que em seis meses a gente conseguiria licença da prefeitura do Rio de Janeiro para fazer obras de banda larga para as Olimpíadas?", pergunta um interlocutor, já sabendo a resposta: a Oi teria dificuldades de obter licença e acabaria sendo cobrada pela Anatel por não ter cumprido o prazo.

A concessionária chegou a contratar uma empresa de consultoria para analisar quais seriam as melhores alternativas para fechar o acordo com a agência. E chegou a elaborar 30 projetos de investimentos, antes de concretizar a proposta à Anatel. 16 deles foram considerados pela própria empresa "devaneios", seis, a Anatel os rejeitou logo na entrada, o que limitou muito as opções da empresa.

A decisão pela redução da assinatura básica também foi fundamentada pela dinâmica do próprio mercado, pois, com menor preço, a Oi espera segurar um pouco a sangria dos desligamentos do telefone fixo que ocorrem mensalmente.

Uma questão que ainda estava em discussão na Anatel, mas que para a Oi, é a melhor proposta, é o prazo deste desconto. Para a empresa, só faz sentido dar o desconto pelo prazo da concessão – mais 10 anos, até 2025 – pois, se for pelo prazo do TAC estabelecido pela Anatel, o desconto na tarifa seria dado apenas em quatro anos, e depois teria que ser revogado, uma medida que obviamente não seria do agrado dos consumidores. Por isto, nos cálculos da empresa, o corte deverá a chegar a 20% no período da concessão. Redução tarifária, por sinal, só o setor de telecom tem anunciado ultimamente.

A Anatel só deverá concluir a análise de todos os processos até novembro deste ano, quando serão anunciadas os projetos envolvidos e os TACs assinados.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

28/05/2015 - Telesíntese

Gastos com telefonia entram no corte de 15% do governo

O Ministério do Planejamento publicou hoje, 28, a determinação para que os ministérios reduzam 15% de seus gastos com custeio, e telecomunicações está na lista.

Os serviços de telefonia móvel e fixa e os gastos com acesso a internet terão que ser também ter seus custos cortados em 15%, conforme estabelece portaria publicada hoje no DOU do Ministério do Planejamento. Os únicos ministérios que saíram ilesos desta portaria foram os da Saúde (por causa do SUS) e o da Educação (escolas e universidades públicas).

As demais entidades da administração pública federal terão que apertar os cintos também em gastos como passagens, diárias e material.

O governo já faz a contratação centralizada dos serviços de telefonia fixa e móvel há alguns anos, conseguindo grandes descontos.

28/05/2015 - Telesíntese

Telefônica Vivo conclui compra da GVT

Com a incorporação das ações da GVT, agora subsidiária integral, Telefonica detém 65,6% do capital, Vivendi 12% e os demais acionistas 22,4%

Em assembléia realizada hoje (28), a Telefônica Brasil finalizou a compra da GVT, agora uma subsidiária integral da companhia, ao aprovar a ratificação do contrato de compra e venda com a Vivendi. A empresa pagou parte do valor total, equivalente a 4,663 bilhões de euros em recursos financeiros levantados via aumento de capital e parte em emissão das ações da nova companhia equivalentes a 12% do capital social da empresa.

Com a compra da GVT, iniciada em setembro do ano passado, a nova composição da Telefônica Vivo passa a ser a seguinte: Telefônica do Brasil, 65,6%, Vivendi, 12%, e demais acionistas (mercado), 22,4%.

A Telefônica Vivo passa agora a ter 105 milhões de acesso fixos e móveis, sendo a maior operadora em número de clientes e, também, em receitas e rentabilidade. De acordo com a assessoria de imprensa, a empresa, com a GVT, somou à sua liderança na telefonia móvel (rede 3G em 3,2 mil municípios e 4G em 140 cidades) a boa performance da GVT na telefonia fixa, com rede de fibra óptica em 156 cidades de 20 estados, mais o DF. (Com assessoria de imprensa)

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

28/05/2015 - Telesíntese

Em três anos, Anatel arrecada apenas 2% das multas aplicadas, diz TCU

Conforme o TCU, entre os anos de 2011 a 2013, a Anatel arrecadou 19,86% das multas aplicadas, que representaram, no entanto, 1,72% dos recursos financeiros. A maioria dos valores financeiros das multas - mais de 54,5% - está suspensa pela Anatel, que negocia os TACs (investimentos), esses processos representam apenas 8,8% do total das multas aplicadas pela agência no período.

O Tribunal de Contas da União (TCU) fez nova avaliação sobre os procedimentos de aplicação e arrecadação de multas das 14 agências reguladoras brasileiras. E chegou à conclusão que a arrecadação aumentou. Conforme o tribunal, o primeiro relatório de levantamento, no período de 2005 a 2009, o valor médio anual de arrecadação de multas foi de R$ 189,3 milhões. Já no último monitoramento, em 2013, esse valor alcançou a cifra de R$ 932,7 milhões, crescimento de 384%.

Individualmente, porém, as agências têm muitas dificuldades para fazer com que seus regulados paguem as multas a eles estabelecidas. Conforme o TCU, a Anatel, por exemplo, consegui recolher apenas uma média 1,72% do total das multas aplicadas no triênio 2011/2013. O volume financeiro arrecadado foi bem inferior o número de processos- de 16,98%-.

Pior do que a Anatel no quesito arrecadação estão apenas a Susep (que cuida dos seguros privados), que arrecadou apenas 0,05% das multas que aplicou e o Ibama (meio-ambiente), que conseguiu arrecadar apenas 0,30%.A de melhor desempenho é a ANS (agência da saúde), que levou para os cofres do Tesouro 33,14% das multas que aplicou no mesmo triênio.

A Anatel lidera a lista das agência que tem o maior volume financeiro de multas suspensas – 54,52% de todos os recursos a serem arrecadados com as multas estão suspensos. Isto se deve aos TACs (Termo de Ajustamento de Conduta), que estão sendo negociados com as operadoras, e que vão trocar as multas por novos investimentos nas redes de telecomunicações. Em seguida, vem o Banco Central, que também tem 52,20% dos recursos a serem recolhidos com as multas, suspensos.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

22/05/2015 - Vermelho

A corrupção que a mídia tenta esconder: R$ 700 bilhões de sonegação

O Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz) divulgou, através do "sonegômetro", estimativa segundo a qual nesta quinta-feira (21), o Brasil alcançou, em apenas cinco meses de 2015, a marca de R$ 200 bilhões de impostos sonegados. O cálculo é feito baseado em projeções da sonegação de vários tributos, como Imposto de Renda e ICMS. No ano passado, o valor sonegado atingiu a marca de R$ 502 bilhões. Ou seja, em menos de um ano e meio, mais de R$ 700 bilhões de sonegação.

Este valor poderia pagar todo o orçamento do programa "Minha Casa, Minha Vida" durante 37 anos, e representa 10 vezes o que o governo quer economizar com as medidas do ajuste fiscal.

Os sonegadores, que roubam dinheiro público, não são proletários, já que o trabalhador, via de regra, é descontado "na fonte". Quem sonega são os grandes empresários e banqueiros, inclusive donos de meios de comunicação.

Isso explica o silêncio dos jornalões sobre o assunto. A gigantesca cifra saiu apenas em matérias internas ou em sites, sem as manchetes espalhafatosas que são estampadas quando escândalos – muitas vezes fabricados e com cifras bem menores - têm como protagonistas personagens políticos que a mídia tem interesse em destruir.

No mesmo dia em que o número recorde de sonegação foi divulgado, o jornal Folha de S. Paulo, através de um dos seus colunistas, atacou uma das operações em curso para investigar este bilionário crime do andar de cima, a Operação Zelotes.

A resposta do deputado Paulo Pimenta (PT-MG) foi didática: "a mídia faz diversas tentativas para desqualificar tanto a Zelotes quanto o episódio das contas secretas do HSBC na Suíça, conhecido como escândalo Swissleaks (...) O que se sabe é que nesses dois escândalos bilionários de sonegação há empresas de mídia e nomes ligados a grupos de comunicação envolvidos. Como a imprensa não controla esses episódios, ela busca estratégias para retirar a autoridade do trabalho investigativo da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, ou daqueles que buscam dar visibilidade à Operação Zelotes".

Mída empresarial teme investigação

No escândalo Swissleaks já se sabe que Luiz Frias, presidente do jornal Folha de S. Paulo está envolvido, além de ao menos mais 21 empresários do ramo jornalístico, seus parentes e 7 jornalistas. Frias e outros proprietários do grupo Folha estão na relação dos que mantinham contas na agência do HSBC em Genebra, na Suíça, em companhia de gente como a família Saad – proprietária da Band e a falecida Lily Marinho, viúva de Roberto Marinho, o antigo proprietário do Sistema Globo.

Nesta sexta-feira (22) o empresário Wagner Canhedo Filho foi preso. Ele era um dos alvos da operação que investiga um esquema de fraude fiscal superior a R$ 875 milhões. Os gestores do Grupo Canhedo são suspeitos de usar empresas de fachada para ocultar faturamento de empresas e, com isso, não pagar multas e débitos tributários. Este é, porém, um recurso comum neste tipo de crime. O sistema Globo fez o mesmo para fraudar o fisco na compra dos direitos da Copa do Mundo de 2002, inventando uma empresa falsa em um paraíso fiscal e causando um prejuízo de mais de 1 bilhão de reais aos cofres públicos. Até agora, estranhamente, não se tem notícia sobre um possível pedido de prisão dos proprietários do Sistema Globo.

Como se vê são muitos e poderosos os motivos que unem a mídia, os banqueiros e grande empresários, na tentativa de abafar ou ao menos secundarizar o crime de fraude fiscal.

A mídia repete mais uma vez a velha história do perigoso assaltante que vive gritando "pega ladrão".

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

28/05/2015 - Rede Brasil Atual

Maioria que votou por dinheiro de empresas aprovou também terceirização

Quase oito em cada dez deputados a favor da manobra de Cunha pró-financiamento privado em eleições também aprovaram o projeto que tira direitos dos trabalhadores. Não é coincidência

O placar foi muito parecido: 330 a 141, ontem (27), a favor das doações empresariais para partidos em campanhas; e 324 a 137 no dia 8 de abril, na primeira votação do Projeto de Lei 4.330, que legaliza o uso indevido de mão de obra terceirizada. As consequências se entrelaçam: um torna a força do dinheiro decisiva no resultado das eleições, e desequilibra a representação da sociedade no Parlamento; o outro dá poderes para que as empresas contratem força de trabalho com direitos e salários reduzidos, e jornadas ampliadas.

Entre os 330 que deram ontem aval à manobra de Eduardo Cunha (PMDB-RJ) para virar o jogo perdido um dia antes, e constitucionalizar o financiamento empresarial de campanhas, 255 (77,3%) estavam apertando o botão do "sim" para a terceirização em 8 abril.

Agora, o PL da terceirização tramita no Senado com o nome de Projeto de Lei da Câmara (PLC) número 30. E a PEC 182/07 – apelidada de PEC da Corrupção por movimentos sociais que defendem uma reforma política democrática – terá de passar por mais um turno de votação na Câmara antes de ir para o Senado. Este segundo turno ainda não tem data, mas requer um intervalo mínimo de cinco sessões para ser realizado.

Financiamento empresarial: confira o voto de cada deputado

PL 4.330: confira como votou cada deputado por partido e por estado

O analista político Antônio Augusto de Queiroz não acredita que a aprovação de ontem possa ser revertida na Câmara – "talvez no Senado". Para ele, os deputados que puseram suas digitais no "sim" para o financiamento privado de partidos sabiam muito bem o que estavam votando. "Eduardo Cunha é um obstinado. Fez o possível e até o impossível para garantir a participação empresarial em campanhas. Providenciou até uma quarta votação, depois de ter combinado com os líderes que seriam apenas três. E não entrará numa nova votação para perder", avalia Queiroz, que é diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

O financiamento privado, segundo Queiroz, mantém a influência do dinheiro empresarial na formação do poder e desequilibra as eleições. "Compromissos assumidos em troca de apoio financeiro não podem ser materializados sem a partição empresarial. E quem não tem interlocução com financiadores tem dificuldade de se eleger", diz.

Ele observa que, apesar de a emenda aprovada determinar que as doações sejam destinadas aos partidos, e não aos candidatos, nada impedirá o partido de direcionar os recursos para privilegiar determinadas pessoas. "A menos que o Tribunal Superior Eleitoral crie mecanismos de proibir que os recursos recebidos pelos partidos sejam direcionados e determine que essa repartição seja feita de forma equilibrada", pondera o diretor do Diap.

Alinhamento

Outros 42 parlamentares que não registraram voto na sessão que aprovou PL 4.330 estiveram a postos, na noite de ontem, e se alinharam pela manutenção da influência das empresas no processo eleitoral. Dentre estes, destacam-se na articulação pró-virada de Cunha os deputados Carlos Sampaio (PSDB-SP), Mendes Thame (PSDB-SP), Vanderlei Macris (PSDB-SP), Jutahy Junior (PSDB-BA), Bruno Araújo (PSDB-PE), Celso Russomanno (PRB-SP), autor da emenda que permitiu a manobra de recolocar em votação um ponto que já havia sido derrotado, Pena (PV-SP), Jair Bolsonaro (PP-RJ) e Índio da Costa (PSD-RJ), entre outros.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

28/05/2015 - Carta Maior

7 a 1 para a impunidade no Brasil

Marin está sendo preso por corrupção, mas ele e seus comparsas de ditadura permanecem impunes pelas graves violações dos direitos humanos que cometeram.

No final deste mês de maio foi preso José Maria Marin, cúmplice da tortura durante a ditadura militar brasileira. Mas não se assuste: a democracia no Brasil continua a mesma e os militares não vão se aquartelar por isto.

Foram presos na Suíça, junto com o defensor de tortura, diversos dirigentes da Fifa, a federação internacional de futebol que regula o esporte e organiza os torneio mundiais a cada quatro anos. Sim, a mesma que comandou o estado de exceção dentro do estado de direito brasileiro no ano passado. A acusação, vinda de investigações da polícia norte-americana, indica que Marin e os outros cobravam propinas para cederem direitos de realização e transmissão dos torneios de futebol, inclusive a Copa de 2014 no Brasil. Os casos de corrupção agora denunciados ocorreram quando Marin era presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Entidade dona da seleção brasileira de futebol, recentemente a CBF teve seu contrato secreto de marketing revelado – nele se diz que os jogadores são convocados e escalados no time nacional de acordo com os interesses de venda dos patrocinadores.

Tudo isto parece muito impactante e incrível no país do futebol. Parece ainda pior do que os 7 x 1 para a Alemanha. Mas o que me parece mais grave e, ao mesmo tempo curioso, é termos um participante do esquema de tortura na ditadura sendo preso por corrupção, fora do país, enquanto ele mesmo e os generais e oficiais responsáveis pelas graves violações de direitos humanos ocorridas no país permanecem impunes.

José Maria Marin iniciou sua carreira política junto com o golpe de 64. Já em 1969, logo após o início do AI-5, tornou-se presidente da Câmara Municipal de São Paulo. Em 1971, virou deputado estadual pela Arena (partido dos militares), um ano após a conquista do tri campeonato mundial de futebol e no mesmo momento em que Dilma Roussef se encontrava presa, após ser torturada nas dependências do DOI-Codi de São Paulo. Mais tarde, no ano de 1975, Marin cobraria a ditadura sobre os comunistas instalados na televisão pública de São Paulo, a atual TV Cultura. Dentre estes estava Vladimir Herzog.

O atual dirigente da Fifa e da CBF discursou em favor da cassação dos comunistas, conforme registrado nos documentos da Assembleia Legislativa: "faço um apelo ao governador do Estado: ou jornalista está errado ou está certo. Essa omissão por parte da Secretaria do Estado e do governador não pode persistir. Mais do que nunca é necessário agir para que a tranquilidade reine novamente nesta Casa e, principalmente, nos lares de São Paulo".

Quinze dias depois Vlado compareceu à mesma rua Tutoia, no DOI-Codi, onde tantos brasileiros haviam sido presos, torturados, assassinados e seus corpos desaparecidos. Naquele dia 25 de outubro de 1975, os militares mataram Vladimir Herzog, um dos jornalistas denunciados pelos discurso raivoso de Marin. Não foi engano a defesa e conivência de Marin com a estrutura de tortura no país. Menos de um ano depois, o mesmo deputado da Arena discursava em defesa do delegado torturador Sergio Fleury.

Nas gravações da Assembleia registra-se: "conhecendo seu caráter como eu conheço, não há dúvida de que Sérgio Fleury ama sua profissão; de que Sergio Fleury se dedica ao máximo, sem medir esforços nem sacrifícios para honrar não apenas a polícia de São Paulo, mas acima de tudo seu título de delegado de polícia. Ele deveria ser uma fonte de orgulho para a população de nossa cidade". Segundo os principais organismos de direitos humanos, é responsável por tortura não somente aquele que aplica choque elétrico em sua vítima indefesa, mas também os que comandam, acobertam, incentivam e são cúmplices deste tipo de ato.

A prisão de José Maria Marin em território estrangeiro não deve alterar em nada a política de impunidade sobre os crimes de agentes do Estado. Mas não deixa de nos chamar a atenção para o descaso em que a questão caiu. O Estado de Direito no Brasil parece não ter escutado o teor dos relatórios das várias comissões da verdade recentemente em funcionamento. Estes documentos comprovaram a estrutura centralizada de repressão política, mas nenhuma medida de justiça foi tomada a partir deles.

Torço muito para que o país se orgulhe de si e faça justiça sobre os crimes da ditadura; que quebre a lógica da impunidade, a qual mantém a ação criminosa e violenta dos agentes do Estado nas periferias das grandes cidades; que rompa com a falácia da reconciliação nacional, sob a qual se justifica a manutenção de um projeto autoritário de país em pleno funcionamento. Mas creio ser mais fácil o Brasil devolver os 7 x 1 na Alemanha do que dar qualquer dos passos acima citados.